

Part II

I - GENERALIDADES

Um partido político é uma organização de luta a que uma classe ou uma fracção de uma classe se dedica, estivelada pelos seus próprios interesses, com o fim de se apoderar do poder estatal e assim se afirmar como classe dominante, ou é o instrumento com que a classe no poder defende o seu próprio domínio contra o assalto das outras classes organizadas.

Certos teóricos burgueses pouco científicos, definem partido como sendo uma associação de pessoas que comungam uma determinada orientação ideológica (filosófica e moral) adoptam um programa político comum e estudam os meios para o pôr em prática. Esta concepção de partido despreza o elemento "classe", que uma análise científica do problema mostra ser fundamental.

Um dado grupo social, uma vez formado o seu partido, demonstra ter adquirido consciência da sua própria função histórica; o partido político é assim a expressão mais avançada desse grupo; isso pressupõe um processo de desenvolvimento objectivo e de amadurecimento subjectivo das forças da classe que esse grupo representa.

"Os grupos sociais definem-se na base do grau de desenvolvimento das forças materiais de produção. Cada um desses grupos possui uma função e uma dada posição na regna produção.

A fase mais elementar da organização destes grupos sociais é económica corporativa: um comerciante sente o dever de ser solidário para com outro comerciante; um fabricante sente-se solidário com outro fabricante; mas um comerciante não se sente solidário do fabricante. Nesta fase é o aspecto profissional que conta.

Uma segunda fase atinge-se a consciência de solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente económico. Nesta fase já se põe a questão do Estado, mas só no plano da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes. É a fase em que se reivindica o direito de participar na legislação e na administração e o de reformar ou

modificar o Estado dentro dos quadros fundamentais existentes.

Uma terceira fase é aquela em que se atinge a consciência de que os próprios interesses corporativos no seu desenvolvimento actual e futuro ultrapassam o círculo corporativo do grupo meramente económico. Esta é a fase mais abertamente política, em que as ideologias germinadas precedentemente se tornam partido, se confrontam, entram em luta, até que só uma delas, ou pela menos só uma combinação delas tende a prevalecer, a impôr-se, e a difundir-se sobre toda a área social, determinando ainda a unidade dos fins económicos e políticos e também a unidade moral e intelectual, colocando todas as questões em torno das quais se luta num plano universal, no plano do Estado, e já não no plano corporativo". (in GRAMSCI - "Notas sobre Maquiavel, a política e o Estado moderno".)

O fenómeno histórico do nascimento dos partidos pertence ao mundo moderno. Os primeiros partidos surgiram na Inglaterra, na base de formações sociais definidas e dos respectivos interesses de classe (industriais e agrários). Foram elas o Partido dos Whigs e o dos Tories, evoluindo depois no Partido Liberal e no Conservador. Este dualismo dominou a política inglesa do século XIX. O Partido Trabalhista surgiu em 1906 e o dualismo passou a ser a oposição trabalhista-conservadora. Na Europa continental, se não se quiser considerar partido a Maçonaria, os partidos surgem da experiência da Revolução francesa e esboçam-se a partir dos "clubes" nas Assembleias Constituinte e Legislativa (os "realistas", os "girondinos", os "jacobinos", etc.).

É através da Revolução Francesa que a classe burguesa assume de facto a posição de classe política dirigente, ao mesmo tempo que as suas várias funções começam a tomar fisionomia política. É também com a Revolução Francesa que as massas populares começam a ingressar com certa amplitude na vida política.

A) - PARTIDOS DA CLASSE OPERÁRIA

A primeira organização política, o primeiro verdadeiro partido da classe operária (precedentemente não havia

senão "círculos", "ceitas", etc.) teve um carácter mundial e foi a Associação Internacional dos Operários, fundada em 1864, de que Marx e Engels foram os grandes animadores. Era organizada em Sessões que tinham uma exígua base nacional. Marx e Engels foram os primeiros a pôr em evidência a situação real e a função histórica da classe operária e a necessidade da sua organização independente. Não se limitaram a escrever o Manifesto a afirmar que a classe operária seria a grande protagonista na luta pelo socialismo, mas puseram também o problema de uma organização política adequada, através da qual o operariado poderia conduzir a luta e desenvolver a sua obra de libertação social e humana.

Em face da variedade de partidos e de organizações que naquela época apelavam para a classe operária, surgia o problema de criar uma organização una para conduzir as grandes massas de trabalhadores na luta pelas reivindicações económicas e políticas mais elementares e para as educar politicamente na ideologia socialista. Por essa razão as condições doutrinárias para a adesão à Primeira Internacional não eram rígidas, tolerando-se associações e grupos de ideologias diferentes, na expectativa de que a experiência da luta convenceria os trabalhadores da justiça dos princípios do socialismo científico.

Desde que a classe operária instituiu o seu partido político independente, os critérios e as formas de organização deste partido passaram por contínuas modificações sempre com o fim de realizar as tarefas que a classe operária e o seu partido se impuseram no decurso do seu desenvolvimento histórico, e dos aspectos que assumia a luta política contra as classes capitalistas.

OS PARTIDOS NACIONAIS - É com a Segunda Internacional (1889) que se afirmam grandes partidos nacionais da classe operária, os quais, embora ligados e coordenados numa escala internacional, têm as suas raízes (como verdadeiros partidos políticos e não mais como simples organizações operárias) na realidade social dos respectivos países (Alemanha, França, etc.).

CONCEPÇÃO LENINISTA DE PARTIDO - A nova força política foi o partido, constituído segundo as directrizes de Lenin (V. "Que fazer?"), o Partido bolchevista russo, a que se seguiram, depois da Primeira Guerra mundial, os partidos comunistas da III Internacional. Quais são - segundo as citadas directrizes - as características gerais destes partidos ?

1 - O partido deve ser, antes de mais, o compartimento de vanguarda da classe operária ; deve atrair os melhores elementos , deve estar munido de uma teoria revolucionária , conhecer as leis do movimento histórico e inspirar-se numa concepção científica, marxista, da política. Doutra modo não estará em condições de ditigar a luta do proletariado . Não será um verdadeiro partido revolucionário se se limitar a registar os anseios das massas operárias e trabalhadoras e ficar na cauda do movimento. Ele deve pôr-se à testa da classe e ver mais longe do que ela.

Mas não deve limitar-se a ser um compartimento de vanguarda : deve ser no mesmo tempo uma parte da classe operária , intimamente ligada com ela, com todas as fibras da sua existência.

A distinção entre a vanguarda e a restante massa da classe operária e dos trabalhadores não desaparecerá enquanto não forem banidas as classes.

"Seria absurdo - escreveu Lenin - que em regime capitalista toda ou quasi toda a classe possa jamais elevar-se à consciência do próprio partido." Mas o partido deixaria de existir se esta distinção se transformasse em ruptura , se se fechasse em si mesmo, isolando-se das massas sem partido.

2 - Além do compartimento de vanguarda, o partido deve, se quiser dirigir a luta, ser também o compartimento organizado da própria classe.

Para ser capaz de cumprir as tarefas que determinou, deve ser a personificação da disciplina e da organização. Assim, ele deve ser constituído pela soma das suas organizações e os membros do parti-

do serão considerados como membros de uma das suas organizações. Lenin e os bolcheviques combateram os mencheviques que propunham substituir este princípio por "um sistema de auto-adesão ao partido, um sistema de extensão da qualidade de 'membro' do partido a todos os professores, estudantes, simpatizantes ou grevistas que sustentassem o partido de uma maneira ou de outra, sem todavia quererem aderir a uma das suas organizações".

O partido não é apenas a soma das suas organizações, mas ao mesmo tempo o sistema único destas, a sua união num todo em que existem os órgãos de direcção superiores e inferiores, no qual existe uma submissão da minoria à maioria, no qual se tomam decisões obrigatórias para todos os membros. Sem isto o partido não estaria em condições de assegurar uma organização organizada e sistemática da classe operária.

- 3 - Sendo o compartimento organizado da classe operária, o partido não é a sua única organização. O partido é a forma suprema da organização da classe operária.

O proletariado tem uma série de outras organizações com as quais luta contra o capital: sindicatos, cooperativas, grupos parlamentares, organizações culturais, associações femininas e de jovens, etc. Tais organizações não são do partido, mas é o partido que deve garantir a sua direcção unitária e eficiente. Isto não significa que estas organizações estejam subordinadas ao partido, mas que os seus militantes que façam parte dessas organizações e que aí exerçam uma influência, tomem todas as medidas de persuasão a fim de que elas ajudem a política do partido. Eis porque Lenin diz que "o partido é a forma suprema de união de classe dos proletários" e que a sua direcção política se deve estender a todas as outras formas de organização do proletariado.

Isto explica por que razão o leninismo não admite a teoria da independência ou da neutralidade das organizações de massa.

4 - O partido não é apenas a forma suprema da organização da classe operária, mas é o instrumento do proletariado para a conquista do poder e a sua extensão e consolidação no interesse da edificação e da vitória completa do socialismo.

5 - O partido deve possuir disciplina ideológica e de organização.

A conquista e a manutenção do poder não são possíveis sem um partido coeso e disciplinado. Para haver uma forte disciplina é necessária uma unidade de pensamento e de vontade da parte dos aderentes. A disciplina não deve ser cega, mas voluntária e consciente. A disciplina não exclui, antes pressupõe, a crítica e discussão em torno de diferentes opiniões.

6 - A crítica e a auto-crítica são elementos essenciais da vida e do desenvolvimento do partido. Sem crítica não se pode conceber o controle, o estímulo à vigilância, o contínuo melhoramento do trabalho.

Uma vez, porém, tomada uma decisão, uma vez acabada a discussão, a unidade da vontade e da acção de todos os militantes é condição indispensável para uma eficiente condução do partido.

O facto de a classe operária não ser uma classe fechada, impermeável à influência de outras camadas sociais, constitui uma fonte de fraccionismo. Há sempre uma afluência de elementos proletarianizados provenientes do campesinato, da pequena burguesia, etc., e acontece mesmo que no período de maior involução do capitalismo se dá como que uma desagregação dos grupos operários (desempregados, etc), criando as premissas para a penetração de concepções oportunistas e extremistas que dão origem a fracções.

B) PARTIDOS BURGUESES E PEQUENO-BURGUESES

Na sociedade capitalista, no seio das classes ricas, proprietárias dos meios de produção, agitam-se grupos de interesses que se chocam, produzindo-se assim situações de atrito mais ou menos temporárias, mais ou menos permanentes. Fabricantes, comerciantes, grandes proprietários, grupos da indústria pesada, grupos de indústria ligeira, industriais interessados numa política de troca livre e industriais interessados numa política de barreiras alfagdegárias, todos concorrem para que o bloco dos patrões se ja o foco de múltiplos conflitos de interesses (o que não impede naturalmente que essas contradições internas desapareçam ou se atenuem por solidariedade de classe, perante as classes trabalhadoras).

Além disso, o advento do monopólio e do capitalismo financeiro criou uma divisão profunda no ocio da burguesia: de um lado os grupos monopolistas amnipotentes, favorecidos pelo Estado que eles controlam, e de outro lado os pequenos e médios proprietários, produtores, accionistas, etc., elementos da média e pequena burguesia, que se freu também a ditadura das grandes oligarquias.

Esta multiforme e variada realidade do mundo económico e social burguês é historicamente expressa no terreno político por uma multiplicidade de partidos burgueses e pequeno-burgueses, que geralmente não traduzem fielmente os interesses que estão na base da sua constituição, em razão de complexos elementos "super-estruturais", ideológicos, tradicionais, oportunistas e personalidade dos dirigentes.

A pluralidade de partidos é o pressuposto da democracia burguesa. Enquanto as massas trabalhadoras não atingirem um certo grau de maturidade política, a pluralidade de partidos é uma garantia de estabilidade para o domínio da burguesia. Com efeito, a presença de vários partidos com nomes e cores políticas diversas, exprimindo interesses particulares diversos, mas todos de acordo em defender a ordem social burguesa, faz com que a massa de eleitores acabe sempre por dar a sua confiança ao regime burguês, qualquor que seja o partido em que votar. (Veja-se quanto

isto é importante na América, onde dois partidos - o Republicano e o Democrático - ambos burgueses e reaccionários, se alternam tradicionalmente no poder).

Uma característica dos partidos burgueses e pequeno-burgueses é a tendência de esconder o facto de que agem em função de interesses concretos.

Outros partidos de programas e ideologias aparentemente diferentes (partido reformista, partidos nacional-socialistas), não se diferenciam substancialmente dos partidos burgueses. A sua diferença consiste por exemplo em que, enquanto os partidos burgueses sustentam a supremacia economico-política das classes capitalistas, proclamando-se abertamente como tais, os partidos reformistas afirmam ser os representantes dos trabalhadores e constituem uma "agência" de propaganda da política burguesa no seio do movimento operário.

C) OS PARTIDOS EM ÁFRICA

Em África, como nos países em vias de desenvolvimento, a noção de "partido" toma um sentido algo diferente, função de determinados caracteres específicos das sociedades destas regiões.

O atraso económico, cultural e político, que se traduz pela existência de um proletariado pouco numeroso, por uma percentagem pesadíssima de analfabetos, pela falta de quadros e pela sobrevivência de uma situação colonial velada ou não, faz com que a fisionomia dos partidos políticos africanos deva ser considerada diferentemente da dos que vimos até aqui.

O peso da dominação colonial, caindo sobre a quasi totalidade das populações, contribuiu para que nos países ainda dependentes e mesmo nalguns países já independentes, a diferenciação em classes sociais seja ainda pouco marcada, dado que as classes se encontram ainda em estado embrionário (classes-em-si).

É inegável que em alguns países africanos, principalmente nos de expressão francesa, os partidos políticos apareçam sob a influência dos partidos das antigas "metrópoles", muitas vezes mesmo como secções locais de partidos

da Europa. Muitos dos líderes de tais partidos africanos estavam filiados aos partidos europeus e assim conduziam o programa do seu partido na senda dos interesses do partido europeu.

Um tal estado de coisas não se verificou nas colónias portuguesas, cujos movimentos políticos, desde a sua fundação, não aceitaram o apadrinhamento dos partidos portugueses, embora não recusassem uma colaboração em pé de igualdade.

Nas colónias inglesas, a influência europeia fazia-se sentir pelo facto de que na maioria dos casos os partidos africanos serem fundados e dirigidos por europeus.

Em muitos dos casos, os partidos africanos têm uma origem regionalista ou tribalista (caso da Abako - do Baixo Congo -, da ALIAZO ou FEA - do Zomba -, da UPA ou UPMA - de S. Salvador -, da ATCAR - dos Ba-Tshokwe de Rodésia, Congo e Angola).

Noutros casos, os partidos africanos tiveram uma origem religiosa, exercendo através da religião uma influência mais ou menos importante na política do país (caso dos tocoístas em Angola, dos matewanistas e lasoyistas no Congo-Brazzaville, dos Mau-Mau no Kenya, etc), ou racial (África do Sul e Rodésia do Sul).

De um modo geral, porém, as estruturas, em parte os programas e até mesmo as ideologias dos partidos políticos africanos têm inspiração extra-continental, o que não impede que a noção de partido, no caso das organizações políticas africanas, tenha um cunho específico, que só o conhecimento exacto do país considerado permite interpretar.

Esta regra é tanto mais válida, quando ainda se verificam em África certas diferenças de Estatuto político, como "países independentes" e "países ainda dependentes".

No caso dos países dependentes, os partidos têm muito mais um carácter de Movimentos de massas, congregando as populações de todas as condições sociais no combate pela independência nacional. Nos países africanos sob dominação colonial portuguesa, o regime ditatorial impediu sempre a existência de partidos legais, pelo que os partidos angolanos, longe de apresentarem uma estratificação de carácter social, distinguem-se muito mais pela região em que

tiveram origem. De todos os movimentos de libertação angolanos (é preferível dar-lhes esta denominação, em vez de lhes chamar "partidos") é o MPLA aquele que apresenta uma composição mais representativamente nacional, dado que desde a sua origem mobilizou os seus militantes na base de um programa mínimo de luta pela independência nacional e pela defesa dos interesses das camadas mais exploradas e oprimidas, sem olhar a origens regionais ou étnicas, a cultos religiosos ou à situação social dos seus membros.

Nos países independentes, em alguns deles pelo menos, esboçou-se uma formação de partidos tendo em conta os interesses de classe. O facto é que, dada a escassez de operários, e a lenta organização dos camponeses, acabam por ser as "burguêsias nacionais" em formação ou em desenvolvimento quem maneja as rédeas do poder, não se tendo ainda nenhum partido operário mostrado com capacidade para conduzir uma luta conseqüente de emancipação social. Para isso contribui também o facto de subsistir na maior parte dos países independentes de África um regime neo-colonialista, que atrofia ou frena o desenvolvimento das sociedades africanas.

Não seria porém legítimo inferir daqui que não haverá lutas de classes e que essas lutas não serão conduzidas pelos partidos que defenderão os interesses de cada classe. Essa será uma etapa que em alguns países africanos já se iniciou.

No momento actual, a tendência geral dos países independentes de África é a do "partido único". Justifica-se esta preferéncia pelo facto de as estruturas económico-políticas da generalidade dos países africanos não suportarem sem prejuízos de vária ordem, as lutas partidárias. O "partido único" porém só pode ser aceitável, na medida em que ele defenda vigorosamente os interesses da maioria da população, que é constituída em África pelas camadas trabalhadoras da agricultura e da indústria.

Deve ainda salientar-se o papel que os sindicatos africanos desempenharam, e em alguns casos desempenham ainda, nas lutas contra o colonialismo e contra o neo-colonialismo.

II - BREVES NOÇÕES TEÓRICAS SOBRE PARTIDOS

A) ORIGEM

Segundo a sua origem, os partidos podem ser de "criação exterior" ou de "criação eleitoral ou parlamentar".

Os partidos de "criação exterior" são engendrados por organizações pré-existentes tais como sindicatos, centros de estudo, Igrejas, associações de classe, etc. Ex.: Na Itália, os grupos de antigos combatentes estiveram na origem do partido fascista de Mussolini; em França, a Maçonaria esteve na origem do partido Radical; a Fabian Society originou o Partido Trabalhista inglês.

Os partidos parlamentares nascem segundo o mecanismo seguinte: criação de grupos parlamentares, aparição de comités eleitorais e finalmente estabelecimento de uma ligação permanente entre estes dois elementos.

Os partidos de "criação exterior" são em geral mais centralizados, mais coerentes e mais disciplinados que os partidos parlamentares. Aquelles dispõem com efeito de uma organização pré-existente que liga facilmente todas as células da base, enquanto que estes têm de estabelecer esta ligação peça por peça.

B) ESTRUTURA

Partidos de estrutura directa: caracterizados por possuírem aderentes que preenchem a sua ficha, pagam a sua cotização mensal e assistem mais ou menos regularmente às reuniões da sua secção local. Os partidos comunistas são uma variante de partidos directos, na medida em que seleccionam os seus aderentes: não é aderente quem quer, mas quem o partido julga capaz de cumprir os deveres de comunista.

Partidos de estrutura indirecta: São constituídos por sindicatos, cooperativas, mutualidades, agrupamentos intelectuais. Não têm aderentes

ou membros do partido, mas apenas aderentes de "grupos de base" (sindicatos, cooperativas, etc.). É o caso de certos partidos socialistas, partidos católicos e partidos agrários.

C) ELEMENTOS DE BASE

Um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados através do País (secções, comités, associações locais, etc.) ligados por instituições coordenadoras.

O termo "elementos de base" designa estas células componentes dos organismos do partido.

A oposição dos partidos directos e dos partidos indirectos dá-se num plano "horizontal" enquanto que a noção de "elementos de base" se refere a um plano "vertical".

Não confundir "elementos de base" (células-mãe dos partidos), com os "organismos anexos" (instituições que gravitam em torno do partido para reunir simpatizantes ou para reforçar a dedicação dos aderentes - movimentos de jovens, organizações femininas, ligas desportivas, instituições culturais, etc.).

1 - O COMITÉ - Tem um carácter restrito, com um pequeno número de membros, e não procura alargar-se. Não desenvolve propaganda para alargar o recrutamento, pois é um grupo fechado que só admite quem ele quer. Coopta em geral notabilidades. Actua por agentes de propaganda, numa área geográfica suficientemente grande.

É o elemento de base em que repousam, por exemplo, os partidos americanos.

2 - A SECÇÃO - Enquanto que o Comité pode viver isoladamente, a Secção é uma parte de um conjunto de que não pode viver separada. Daí provém o facto de uma maior centralização dos partidos que se apoiam em Secções, em relação aos que se apoiam em Comités. A Secção é largamente aberta, entrando praticamente quem quer; procura sempre multiplicar os seus efectivos e guardar um estreito contacto com eles. Como é um grupo numeroso, possui uma organização interna aperfeiçoada. Enquanto que no Comité a hierarquia é muito elementar, nela se desenhando em ge-

ral a influência pessoal de um chefe, a hierarquia da Secção é mais nítida e a separação das tarefas mais precisa.

A Secção é uma invenção socialista. Os partidos socialistas que se organizaram numa base puramente política e segundo uma estrutura directa, escolheram a Secção como elemento fundamental da sua acção, pois foram eles os primeiros a tentar enquadrar as massas, a educá-las politicamente e a tirar do seu seio as elites populares. Face ao Comité, órgão de expressão política da burguesia, a Secção aparecia como o órgão normal de expressão das massas. Além dos partidos socialistas, também os partidos católicos e alguns partidos fascistas adoptaram a Secção como elemento de base.

Tanto o Comité como a Secção têm uma tendência elitista.

3 - A CÉLULA - Distingue-se da Secção por dois traços fundamentais: a base de agrupamento e o número de membros. Enquanto o Comité e a Secção repousam numa base local, a Célula repousa de preferência numa base profissional, reunindo todos os aderentes do partido que trabalham no mesmo local (células de empresa, de oficina, de armazém, de escritório). Pouco importa em geral o domicílio dos aderentes. Existem porém células locais (semelhantes às Secções, mas mais restritas) tais como células de bairro, de aldeia, de rua, etc.

Em geral a célula não atinge 100 aderentes. O mínimo é em geral de três membros, sendo o número máximo óptimo de 15 a 20 aderentes. É a experiência quem aconselha estes números.

As vezes é necessário dividir uma célula demasiado grande, mas para isso é necessário que exista um segundo chefe capaz de preencher as funções.

A natureza e as dimensões da célula permitem-lhe um maior controle dos membros que na Secção. Fora das reuniões o contacto entre os membros é constante. A entrada ou a saída do trabalho difundem-se palavras de ordem e pode-se manter um controle permanente.

A natureza profissional aumenta a solidariedade, dando-lhe uma base concreta e directa: os problemas da empresa, as condições de trabalho, os salários, etc., são o

ponto de partida para uma sólida formação política. Há porém o perigo de a célula se deixar absorver inteiramente pelas reivindicações profissionais, esquecendo as questões puramente políticas: é o que tem acontecido em França, onde o trabalhador vive mais preocupado com o salário do que com a situação política do País, pelo que faz greves consecutivas, mas todas de carácter económico. Foram os comunistas quem primeiro adoptou as Células, depois da III Internacional (1924).

A Célula tem menor tendência eleitoral que a Secção ou o Comité.

A ruptura entre os partidos políticos e a acção eleitoral e parlamentar é ainda mais nítida para os que tomaram por base a "milícia" - espécie de exército privativo cujos membros são enquadrados militarmente, submetidos à mesma disciplina e ao mesmo treino que soldados, possuindo também uniformes e distintivos e aptos ao combate pelas armas e pela luta física. Mas estes membros continuam a ser civis, não são em geral mobilizados em permanência, nem sustentados pela organização, embora devam estar sempre à disposição dos chefes.

Por exemplo, as Secções de Assalto hitlerianas, possuíam membros activos (que eram convocados 3 ou 4 vezes por semana para treinos, para demonstrações de propaganda e para protegerem as reuniões políticas) e membros de reserva (de idade superior a 35 anos, que eram agrupados em regimentos especiais com tarefas menos pesadas).

O carácter militar da milícia aparece quer na sua composição, quer na sua estrutura. Esta repousa em grupos de base muito pequenos, que se aglomeram piramidalmente para formarem unidades cada vez maiores.

Nas Secções de Assalto nazis o elemento inicial era o "esquadrão" composto de 4 a 12 homens; a reunião de 3 a 6 esquadrões formava a "secção" (12 a 72 homens); 4 secções constituíam uma "companhia" (48 a 228 homens); duas companhias constituíam um "batalhão" (96 a 456 homens); três a cinco batalhões formavam um "regimento" (1.000 a 3.000 homens); três regimentos constituíam uma "brigada" (3.000 a 9.000 homens); quatro a sete brigadas constituíam uma "divisão", cada divisão correspondendo a uma das 21 regiões

do território alemão.

Embora muitos partidos comunistas se tenham servido da milícia, esta é de criação fascista, e corresponde à doutrina que afirma a predominância das elites, das minorias activas e a necessidade da violência para lhes permitir conquistar e conservar o poder: a milícia organiza estas minorias e dá-lhes os meios para a acção violenta. Ela explica-se também pela estrutura social do fascismo, instrumento da burguesia e das classes médias para impedir a dominação das classes populares, opondo a força das armas à potência das massas.

D) A ARTICULAÇÃO DOS ELEMENTOS DE BASE

O problema de saber como é que estes elementos de base se ligam uns aos outros, embora tenha um aspecto puramente técnico, é essencialmente político e primordial, por que o arranjo das ligações e das relações entre os grupos elementares do partido influe enormemente sobre os seus militantes, sobre a sua unidade doutrinária e mesmo sobre os seus métodos e os seus princípios.

Em geral a articulação política é decaída sobre a articulação administrativa do Estado. O agrupamento dos "elementos de base" toma assim o aspecto de uma pirâmide escalonada, segundo as divisões territoriais oficiais. Um dos escalões tem um carácter preponderante e corresponde à circunscrição administrativa essencial. Por exemplo, na Bélgica a articulação repousa sobre o distrito, na Suíça sobre o cantão, em França sobre o departamento, na Guiné-Conakry sobre a região, etc.

Há partidos de "articulação fraca" e outros de "articulação forte".

ARTICULAÇÃO FRACA - Num partido de "articulação fraca" os elementos de base não participam a bem dizer na vida global do partido. Tomemos um exemplo concreto: O Partido Radical Socialista Francês: ele é formado essencialmente de Comitês, de Federações e de jornais todos filiados colectivamente. A única exigência é que só podem aderir ao partido directamente as federações

departamentais, e todo o comitê que queira pertencer ao partido tem de se filiar a federação departamental se esta existir. Os estatutos porém não prevêm nada sobre a estrutura interna de tais federações e a integração a elas dos comitês, de modo que cada uma delas se pode organizar como entender. Por outro lado a articulação das federações no seio do partido pouco mais precisa é. Os estatutos exigem a sua representação no Congresso e no Comitê Executivo, mas não fixa nem o número desses delegados nem o modo da sua designação, sendo muitas vezes suficiente pagar-se uma cota especial para se participar no Congresso. Por sua vez o Comitê Executivo também não é muito bem determinado: os senadores e deputados do partido, os seus conselheiros gerais e os seus conselheiros municipais, os seus presidentes e vice-presidentes de honra, os antigos presidentes e secretários-gerais, são membros de direito do Comitê Executivo. Além disso o Congresso admite um membro por cada 200 membros que paguem as cotas.

Vê-se assim que um tal partido parece um aglomerado pouco coerente de Comitês reunidos por laços vagos e variáveis, resultantes de combinações ocultas, de rivalidades, de lutas de clãs, etc.

Os partidos americanos têm uma articulação ainda mais vaga...

ARTICULAÇÃO FORTE - Neste caso a articulação é minuciosamente regulamentada, de maneira a garantir a participação de cada elemento de base na vida do partido.

Tomemos o exemplo do Partido Cristão-Social belga.

(Ver esquema na página seguinte)

As secções locais elegem cada ano delegados (um por cada 100 aderentes e mínimo de 2 delegados). Estes, conjuntamente com os parlamentares e com os conselheiros provinciais, formam a Assembleia Geral do Distrito que elege um Presidente e 12 membros pelo menos; estes membros cooptam um número de membros igual a metade dos membros eleitos e o conjunto forma o Comitê do Distrito que assegura a direcção local do partido. Cada comitê elege ele mesmo, no

membros
cooptados

Comité
Nacional

Conselho
Geral
Presid.

2º
deleg.

Escalão
Central

Congresso
nacional

membros
cooptados

Comité
de
Distrito

Escalão
de
Distrito

membros
cooptados

Assembleia
de
Distrito

Conselheiros
provinciais

Parlamentares

Secção
local

Escalão
local

ARTICULAÇÃO DO PARTIDO CRISTÃO SOCIAL BELGA

seio da Assembleia Geral respectiva, delegados ao Congresso Nacional, à razão de um por 250 aderentes regularmente inscritos no conjunto das secções que dependem dele. O Congresso é a instância suprema que designa a maioria dos membros do Comité Nacional (uma outra parte é cooptada). O Comité Nacional assegura a direcção permanente do partido: pode alargar-se em Conselho Geral, juntando assim os Presidentes dos Comités de Distrito mais um 2º representante de cada distrito e dois membros cooptados por si mesmo. O Conselho Geral forma um órgão intermediário entre o Con-

gresso e o Comitê Nacional, que permite consultar directamente e rapidamente as federações sobre questões importantes.

Em resumo, para poder suportar a dureza de uma luta política e muitas vezes a necessidade da "acção clandestina", os partidos são levados a adoptar uma articulação forte, da qual não devem isentar o problema do "temperamento nacional" que tem uma influência importante na estruturação de um partido.

A experiência mostrou que há uma coincidência entre o sistema de comités e a articulação fraca, o sistema de secções e a articulação forte e o sistema de células e de milícias e a articulação muito forte.

REGIME ELEITORAL - No seio de um partido o regime eleitoral tem também a sua importância. O escrutínio de lista obriga os comités e as secções locais do partido a estabelecer entre si uma articulação forte a fim de se entenderem sobre a composição das listas. Pelo contrário o escrutínio uninominal, tende a fazer de cada pequeno grupo do partido uma entidade independente, enfraquecendo portanto a sua articulação. Se o escrutínio de lista coincidir com a representação proporcional, mais forte deverá ser a articulação. De qualquer maneira o escrutínio de lista tende a uma articulação que ultrapassa o escalão local: atenua a influência dos homens e aumenta a das ideias; dá aos programas gerais predominância sobre os pequenos problemas locais, levando portanto a uma organização nacional dos partidos.

LIGAÇÕES VERTICAIS E LIGAÇÕES HORIZONTAIS - A distinção entre articulação fraca e articulação forte não oferece senão uma primeira base de apreciação. Fica por determinar o "sentido" da articulação, o que leva a opôr por um lado as "ligações verticais" e as "ligações horizontais" e por outro lado a "centralização" e a "descentralização".

De um modo geral chama-se "ligação vertical" aquela que une dois organismos subordinados um ao outro, por ex. uma secção de bairro a um comité de distrito.

Pelo contrário, considera-se como "horizontal" uma ligação entre dois organismos colocados no mesmo pé, por exemplo a ligação entre duas secções de bairros diferen-

tes.

A ligação vertical de um partido exclui a ligação horizontal . Ela permite uma compartimentação rigorosa : os grupos de um mesmo escalão não podem comunicar entre eles a não ser através dos seus responsáveis. Isso implica duas coisas: a ausência de toda a ligação horizontal directa e o emprego da delegação para formar "as instâncias superiores".

Os partidos comunistas fornecem o melhor exemplo de um sistema rigoroso e coerente de ligações verticais . As células não comunicam entre elas , mas por intermédio da secção que constitui o escalão superior . A secção é composta de delegados das células; estes delegados elegem um comité que nomeia uma direcção . As próprias secções também não comunicam entre elas, mas por intermédio do escalão superior , a federação, constituída por delegados das secções que se reúnem periodicamente (de 6 em 6 meses, em geral), em conferência: a conferência elege um comité federal que nomeia uma direcção . Enfim , as federações não comunicam entre elas, mas por intermédio do "congresso nacional" que reúne de dois em dois anos os delegados das federações . O congresso elege um comité central , o qual designa o bureau político, o secretariado e a comissão de controle político . Este sistema impede o desenvolvimento de cismas, de fracções ou de oposições no interior do partido. Uma dissidência que nasce numa célula não pode contaminar directamente as células vizinhas.

O mecanismo das ligações verticais além de ser um meio admirável de manter a unidade e a homogeneidade do partido, permite-lhe passar muito facilmente a acção clandestina; com efeito, as ligações verticais e os compartimentos estanques constituem a regra fundamental da clandestinidade. Uma intervenção policial está assim limitada a um sector estreito da organização.

CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO - Enquanto que as ligações verticais e as ligações horizontais definem modos de coordenação dos elementos de base que compõem o partido , a "centralização" e a "descentralização" referem-se à repartição dos poderes entre os escalões da direcção.

Centralização e descentralização revestem-se de muitas formas diferentes: poder-se-iam estabelecer quatro gran

des tipos de descentralização: local, ideológica, social e federal.

A "descentralização local" define-se pelo facto de os dirigentes locais do partido emanarem da base, de terem grandes poderes, de o centro conservar pouca acção sobre eles, de as decisões fundamentais serem por eles tomadas.

A "descentralização ideológica" não é da mesma natureza: ela consiste em conceder uma certa autonomia às diversas 'fracções' ou 'tendências' constituídas no interior do partido, em lhes dar uma certa influência nos comités directores, etc.

A "descentralização social" consiste em organizar de maneira autónoma no seio do partido, cada categoria económica: classes médias, agricultores, salarizados, etc., e em dar poderes importantes a estas secções corporativas.

A "descentralização federal", típica em geral de partidos de estados federais, amolda-se à estrutura federal do Estado: cada ala está representada no Comité Nacional e nos Conselhos Gerais por um número igual de representantes.

Quanto à centralização, podem distinguir-se fundamentalmente duas formas: "centralização autocrática" e "centralização democrática".

No "centralismo autocrático" todas as decisões veem do alto e a sua aplicação é controlada localmente por representantes do topo. É a articulação dos partidos fascistas.

O "centralismo democrático" é mais flexível, e por isso, mais eficaz. É utilizado pelos partidos comunistas, que designam assim um conjunto de instituições que têm por finalidade: 1º - fazer conhecer ao centro, com a maior exactidão possível, o ponto de vista da base, para lhe permitir de tomar uma decisão válida; 2º - assegurar a aplicação desta decisão do centro a todos os escalões, de uma maneira rigorosa e precisa, mas compreensiva, quer dizer, com a adesão da base. Deste modo o sistema é centralizado, pois que as decisões são tomadas no topo, mas é democrático pois essas decisões são tomadas em função das opiniões da base e o acordo desta é sempre procurado no decorrer da aplicação dessas decisões.

Para chegar a este resultado, os dirigentes locais, ainda que eleitos pela base, são responsáveis perante os escalões superiores e não perante os que os mandataram.

III - O MPLA E O NACIONALISMO ANGOLANO

O Povo angolano não ficou indiferente perante os ideais de liberdade e de independência que sacudiram o Mundo, após a Segunda Guerra Mundial.

Ultrapassando as contradições filhas do oportunismo ou dos diferentes métodos de acção, que dividiam as gerações mais idosas, a juventude de então delineou um programa de acção pelo qual a luta clandestina e a luta legal através das associações existentes (LIGA DOS NATURAIS DE ANGOLA e ANANGOLA) passavam a ser a estratégia a seguir. Estabeleceu-se que o desenvolvimento da consciência nacional seria um dos factores que permitiria levar a cabo uma luta consequente e por essa razão, através da campanhas de alfabetização, de realizações de carácter social e de carácter cultural, deu-se início à nova etapa de luta de libertação nacional.

Ao mesmo tempo uma profusão de panfletos emanados de grupos diversos, todos movidos do mesmo ardor patriótico, difundiam palavras de ordem apelando o povo à "Luta Organizada", esclarecendo as consciências sobre o verdadeiro significado da divisão artificialmente criada pelos colonialistas em "Indígenas" e "Assimilados", difundindo em fim os métodos de acção julgados adequados ao momento actual.

No princípio, dezenas de pequenas organizações espalhadas pelo País, respondiam às palavras de ordem, levando-as até as massas. Muito em breve porém constatariam que era necessário um reagrupamento de forças, surgindo assim a tendência para uma concentração de todas as pequenas organizações numa única organização capaz de traçar um programa comum consequente e de centralizar a direcção da luta.

A repressão imediatamente levada a cabo pela administração colonial e pela polícia política dificultaria esta tendência centralizadora, dadas as condições de rigorosa clandestinidade em que trabalhavam todos os grupos, que muitas vezes se ignoravam uns aos outros.

Pouco a pouco iam sendo conhecidos nomes de organiza-

ções políticas de maior alcance, e é assim que a partir de 1953 surgem o PARTIDO DA LUTA UNIDA DE ANGOLA (PLUA), o MOVIMENTO PARA A INDEPENDENCIA DE ANGOLA (MIA) e outros de menor projecção. Por esta mesma altura circulam em Luanda uns Estatutos de um PARTIDO COMUNISTA ANGOLANO que parece não ter chegado a ultrapassar o estágio de um comité, pelo que se teria dissolvido.

Em Dezembro de 1956 a maioria dos dirigentes das diferentes organizações existentes lançou um MANIFESTO apelando para a unificação do movimento nacionalista no seio do MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA).

Começando por uma breve análise do processo da empresa capitalista e imperialista sobre os povos africanos, o Manifesto passa em revista os aspectos essenciais da dominação colonial portuguesa em Angola, nos planos político, económico e cultural.

... "O objectivo mínimo da exploração e da opressão do imperialismo sobre o Povo angolano tem sido, continua e continuará a ser sempre a obtenção de lucros máximos"...

... "Toda a administração de Angola está nas mãos do Estado colonialista. Toda a vida social angolana foi desorganizada. A cultura angolana é desprezada e aniquilada. Fazem silêncio sobre a nossa história, ou deturpam-na e difamam-na"...

... "Somos humilhados como individuo e como povo"...

... "O colonialismo inoculou, pois, em todo o organismo de Angola, o micróbio da ruína, do ódio, do atraso, da miséria, do obscurantismo, da reacção. O caminho em que nos vemos obrigados a seguir é, portanto, absolutamente contrário aos supremos interesses do Povo angolano, aos da nossa sobrevivência, da nossa liberdade, do rápido e livre progresso económico, da nossa felicidade, de pão, terra, paz e cultura para todos"...

O Manifesto denuncia a orientação da política colonial portuguesa, visando ao genocídio do Povo angolano, à submissão das massas ao trabalho forçado, à destrabalização, à falta de assistência sanitária com uma elevadíssima taxa de mortalidade infantil.

O Manifesto denuncia o agravamento da pressão colonialista portuguesa, pela penetração em Angola da dominação do capital financeiro dos monopólios e dos trusts europeus e norte americanos.

Perante uma tal situação convida o Povo angolano a organizar-se e a lutar em "todas as frentes e sob todas as condições pela liquidação do imperialismo, do colonialismo português, afim de fazer de Angola um Estado independente e de instaurar um governo democrático popular".

... "Porém, o colonialismo português não cairá sem luta. Deste modo só há um caminho para o Povo angolano se libertar: o da luta revolucionária. Esta luta, no entanto, só alcançará a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem ligar às cores políticas, à situação social dos indivíduos, às crenças religiosas e às tendências filosóficas dos indivíduos, através portanto, do mais amplo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA."

E mais adiante:

... "O inimigo é o colonialismo; ou, definindo concretamente, o inimigo são todos os organismos e todos os indivíduos interessados na manutenção do actual estado de coisas em Angola, e são todos quantos colaborarem, de qualquer modo, consciente ou inconscientemente, clara ou veladamente, com os principais. São nossos aliados todos quantos lutem ao nosso lado, todos quantos nos derem qualquer ajuda, temporária ou duradoura, ou todos quantos mantenham pelo menos uma mentalidade favorável à luta do Povo angolano. Devemos portanto realizar uma política de conquistar todos os aliados possíveis, devemos tirar proveito de todos os conflitos, desinteligências ou discordâncias, entre o colonialismo e quaisquer grupos de interesses."

... "O essencial da nossa luta é isolar o inimigo, tornar o mais pequena possível a sua base de apoio, estreitar o seu campo de acção, neutralizar as suas possibilidades, deixar o inimigo só, fraco, sem aliados"...

Tais são as ideias que mobilizaram em torno do MPLA camponeses, operários, funcionários, intelectuais e per -

sonalidades religiosas . Outras organizações foram ainda criadas e a mais importante delas, o MOVIMENTO PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL DE ANGOLA (MINA) nascido em 1958, fusionou mais tarde com o MPLA.

Entretanto , agrupamentos diversos, baseados tanto em afinidades étnicas e culturais , como regionais, apareceram no Congo Léopoldville e no Congo Brazzaville . O seu carácter mutualista evoluiu, e com a aproximação da independência do Congo-Léo, ou já após essa independência, esses agrupamentos transformaram-se em organizações políticas . Tal foi o caso da UNIÃO DAS POPULAÇÕES DO NORTE DE ANGOLA (que em 1958 se transformou em UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA - UPA) , da ALLIANCE DES RESSORTISSANTS DE L'ENCLAVE DE CABINDA (AREC) (hoje Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda - MLEC) e da ALLIANCE DES RESSORTISANTS DE ZOMBO (ALIAZO) (hoje Parti Démocrate de l'Angola - PDA).

É de realçar que , de todas estas organizações , é o MPLA a única que nasce no interior de Angola e que melhor exprime as aspirações do Povo angolano , facto que não se deu com todas estas últimas organizações, cujo desconhecimento dos problemas reais de Angola as levaram a assimilar as preocupações políticas dos povos dos dois Congos e a equacionar os problemas angolanos com dados não realistas, por serem fundamentalmente derivados de uma imagem estrangeira a Angola.

Entretanto a PIDE - polícia política portuguesa - instalava-se em força em Angola. De 1957 a 1961 nenhuma cidade, nenhuma vila importante , nenhuma aldeia fronteiriça, ficou por receber agentes da PIDE.

A organização do Movimento que, com formas diversas se estendia a toda a Angola, e especialmente aos meios urbanos , foi imediatamente alvo de todas as atenções da PIDE e das autoridades administrativas, a quem tinham sido dadas ordens precisas para abafar por todos os meios o entusiasmo libertador que ganhava todas as camadas do Povo angolano. O governo colonialista continuava a afirmar nos meios internacionais , que as suas "províncias ultramarinas" "respiravam a paz" e que "as suas populações não aspiravam a outra independência senão aquela de que gozavam

no seio da Pátria portuguesa" : uma censura feroz tentava evitar que se desse conta no estrangeiro do fervor nacionalista que reinava em Angola.

Os dirigentes nacionalistas decidiram então criar uma organização no exterior com a colaboração dos angolanos que se encontravam na Europa , afim de denunciar ao Mundo o carácter da opressão colonial portuguesa e de suscitar os indispensáveis apoios à luta de libertação nacional.

Assim, em 1957, foi criado na Europa uma primeira frente agrupando nacionalistas das diferentes colónias portuguesas , decididos pela sua acção e realizar as palavras de ordem que lhes chegavam do interior . Esta frente, que se chamou MOVIMENTO ANTI-COLONIALISTA (MAC) esforçou-se por dar a conhecer ao mundo a situação dramática em que os povos das colónias portuguesas tinham sido colocados por um colonialismo sui-generis , que não tinha paralelo em toda a África.

Enquanto se esforçava por despertar a consciência nacional de todos os africanos que se encontravam no estrangeiro, o MAC, participando em vários tipos de reuniões internacionais, ia pondo o mundo ao corrente do que se passava no interior.

Entretanto, em Angola, a caça aos patriotas continua, tentando abafar uma actividade política crescente que em 1958 atinge um grau elevado : panfletos, programas de acção, proclamações de luta anticolonialista, através de escolas clandestinas, provocavam movimentos reivindicativos que atingiam sobretudo os camponeses que começavam a recusar o contrato e a pagar imposto.

O governo colonialista vê-se obrigado a fazer demonstrações de força.. A 29 de Março de 1959 um raid policial leva às cadeias da PIDE umas dezenas de conhecidos nacionalistas e uma enorme multidão de suspeitos.

Em 26 de Abril , a força aérea portuguesa instala-se em Angola com grande aparato . Em Luanda, Nova Lisboa, Sá da Bandeira, Lobito e Benguela a força aérea procede a exercícios militares em que não faltou o lançamento de bombas "napalm".

Para quem ainda duvidasse do carácter de tais exercícios, o Governador Geral lá estava para o definir : " Nos nossos dias - diz ele no seu ameaçador discurso - a paz só é possível quando os Estados dispõem de forças suficientes para fazer face às ameaças dos agitadores e dos perturbadores , geralmente inspirados pelo comunismo sob as formas mais veladas. O País não está defendido se não possuir uma armadura militar e onde houver um canto de terra portuguesa é necessário que as tropas de terra , mar e ar estejam presentes e vigilantes para impedir que se ceda às cobiças e às falsas ideias. E mais ainda, é preciso que as tropas estejam moralmente fortalecidas para resistir às diversas propagandas... O panfleto apareceu em Angola, como era de esperar..."

Esta ora a primeira confissão pública do Governo colonialista sobre a situação escaldante de Angola.

Ac mesmo tempo os colonos, homens e mulheres, eram aconselhados a possuírem as suas armas pessoais , e campos de tiro foram postos à sua disposição para treino...

Em Julho de 1959 , nova vaga de prisões : 150 pessoas entre as quais os dirigentes ILÍDIO KACHADÓ, CARLOS VIEIRA DIAS , HIGINO AIRES , ANDRÉ RODRIGUES MINGAS. A partir destas prisões a PIDE prepara o processo de 57 pessoas (50 angolanos e 7 portugueses progressistas), sob a acusação de atentado contra a segurança interna e externa do Estado português.

O MPLA editou por essa ocasião uma brochura intitulada PROCESSO DOS 50 , pela qual denunciou ao mundo mais um crime perpetrado pelos colonialistas , ao mesmo tempo que despertou a solidariedade internacional em torno do processo: milhares de telegramas, de cartas de protesto foram enviados ao governo português por essa ocasião.

Durante o julgamento, os patriotas angolanos mantiveram uma atitude digna, fazendo profissão de fé nacionalista e negando a um tribunal estrangeiro o direito de os julgar . Esta atitude serviu de pretexto aos advogados de defesa dos réus para os abandonar "por patriotismo"...

O processo constituiu a primeira confissão oficial da existência do movimento nacionalista angolano com progra-

mas de reivindicações precisos, uma rede de comunicações no interior, de que a leitura do processo verbal dá uma ideia concreta. Quebrava-se assim um dos mitos da colonização portuguesa - o mito da "adesão total dos indígenas à Nação portuguesa".

No exterior o nacionalismo angolano ia ganhando terreno.

Delegados do MAC participam em Abril à Conferência dos Escritores e Artistas Negros, em Roma, tendo aí ensejo de contactar pela primeira vez oficialmente o FLN que estava representado por Franz FANON. Estabelece-se ali o princípio de uma ajuda ao MPLA na formação de guerrilheiros e imediatamente parte um mensageiro para Angola para preparar a saída dos patriotas. A vaga de terror lançada então pelos colonialistas impediu o bom êxito deste plano.

Em Dezembro de 1959 realiza-se a Conferência da OIT (Vide Documentos: "Paites attention MM. les délégués").

Em Janeiro em 1960, no decurso da II Conferência dos Povos Africanos, em Tunis - em que o MAC se fizera representar por 4 delegados, 3 do MPLA e um do PAI - estas duas organizações constituem a FRENTE REVOLUCIONÁRIA AFRICANA PARA A INDEPENDÊNCIA NACIONAL DAS COLÓNIAS PORTUGUESES (FRAIN) tendo-se assente o princípio de se dissolver o MAC.

Foi no decorrer desta conferência que, pela primeira vez, dirigentes do MPLA e um dirigente da UPA discutiram da possibilidade de uma unificação das organizações nacionalistas angolanas, tendo-se assinado um compromisso pelo qual as delegações presentes se engajavam a retomar num futuro breve, após consulta às direcções respectivas, as negociações para a unidade.

É a partir dessa data que se começa a adquirir a certeza de que a direcção da UPA e em especial o seu dirigente José GILMORE, aliás Holden ROBERTO, não tinha o menor interesse em fazer a unidade como o interior tanto apelava.

Durante o ano de 1960, chamado o "ano de África" em razão de muitos países terem acedido à independência, os

movimentos nacionalistas de Angola encontraram os apoios necessários à instalação definitiva dos "bureaux" em alguns países independentes de África.

Em Abril de 1960 o MPLA participa na Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos (em Conakry), tornando-se deste modo membro do Movimento Afro-Asiático: pela primeira vez numa reunião deste género é aprovada uma moção sobre Angola e tal como em Tunis adopta-se a instituição de uma jornada de solidariedade afro-asiática para com os povos das colónias portuguesas.

Em Maio de 1960, delegados do MPLA do interior e do exterior encontram-se em Brazzaville. A organização do interior exprime o desejo que o Povo angolano passe à acção directa contra o colonialismo cruel e indiferente a toda a liberalização do regime; dentro deste contexto a delegação do exterior exprimiu a opinião de se desmascarar a impossibilidade de encontrar uma solução pacífica e de tentar num último esforço a unidade das organizações nacionalistas para enfim passar à acção directa.

É nessa altura que o MPLA lança o seu primeiro APELO PARA A CRIAÇÃO DE UMA FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA.

A 13 de Junho de 1960 o MPLA publica a DECLARAÇÃO AO GOVERNO PORTUGUÊS, na qual afirmava que consideraria como um primeiro sinal de rejeição da via armada por parte do governo português, a realização urgente e efectiva do reconhecimento imediato do direito do Povo angolano à auto-determinação e à independência, a retirada das forças armadas para as suas bases de origem, a libertação incondicional de todos os prisioneiros políticos, e o represso dos refugiados e exilados, estabelecimento das liberdades políticas e sindicais, convocação duma mesa redonda com representantes de todas as organizações políticas angolanas e representantes do Governo português para a solução pacífica do problema colonial em Angola.

Pela voz do seu órgão oficial, o "Diário da Manhã", o Governo português rejeita insolentemente tais propostas e, como resposta, procede a novas prisões em massa, nas regiões de Luanda, Lobito, Malange e Dalatando.

Ao mesmo tempo, e porque a independência do Congo se

aproximava , o governo colonialista reforça as suas tropas em Angola, nomeadamente nas fronteiras com o Congo e com a Rodésia do Norte.

Pouco depois procede à prisão do então Presidente de Honra do MPLA, Doutor Agostinho NETO (8/6/60), que é transferido para Lisboa e deportado sem julgamento para o arquipélago de Cabo Verde.

Em sinal de protesto , a população de ICOLO-E-BENGO, terra do Dr. Agostinho NETO , procede a uma manifestação pacífica pedindo a sua libertação. Os soldados portugueses abriram fogo contra esta manifestação fazendo 30 mortos e 200 feridos no incidente que ficou conhecido como o "massacre de Icolo-e-Bengo".

Em 25 de Junho do mesmo ano, o R. P. Pinto de ANDRADE, actual Presidente de Honra do MPLA, doutor em teologia e Chanceler do Arcebispado de Luanda, membro do Conselho Executivo da Sociedade Africana de Cultura , foi igualmente feito prisioneiro , enviado para a prisão de Aljube (Lisboa) e daí para a Ilha do Príncipe, sem julgamento.

Entretanto a acção de terror das tropas portuguesas intensifica-se. Rugas constantes, buscas aos domicílios, radios apreendidos, casas incendiadas, exacções e torturas, passam a ser o espectáculo diário nos bairros africanos das cidades angolanas.

Em 30/6/60 o MPLA torna pública uma "MENSAGEM AO POVO PORTUGUÊS".

Em Julho e Agosto de 1960 realiza-se uma viagem à União Soviética e à China de alguns dirigentes do MPLA e do PAI. Esta delegação celebra o 3 de Agosto em Moscovo. O 3 de Agosto é celebrado em todo o mundo como Jornada de Solidariedade para com as colónias portuguesas. O MPLA e o PAI editaram um postal comemorativo.

Em 6/9/60 , pelo Decreto nº 43 893, o governo português aboliu , num acto de pura manobra que o aliviava da pressão internacional , o "Estatuto dos Indígenas" - Decreto nº 39 666 de 20/5/54.

1961

Em vésperas da XV Sessão da Assembleia Geral da ONU (13/9/60), o MPLA publica um "APELO AOS ESTADOS MEMBROS DA ONU" para que "eles considerem as 'províncias portuguesas do ultramar' como territórios não autónomos, obrigando assim Portugal a satisfazer todas as exigências do artigo 73" e que "dado o perigo de guerra que pesa particularmente sobre Angola, a questão dos territórios sob dominação portuguesa seja inscrita na agenda da XV Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas".

Em 25 de Outubro de 60, numa declaração, o MPLA denuncia o "massacre de Icolo-e-Bengo" e responsabiliza o governo português perante a ONU do conflito sangrento que por ventura venha a rebentar em Angola.

Em Novembro de 1960, 29 nacionalistas, dos quais uma grande parte de Cabinda, são fuzilados no pátio de uma prisão de Luanda.

Ainda neste mês, o Comité Director do MPLA lança um SEGUNDO APELO À UNIDADE de todos os partidos, organizações e personalidades patrióticas.

Finalmente, a 6 de Dezembro, o MPLA, o PAI e o GOAN LEAGUE dão uma Conferência de Imprensa na Câmara dos Comuns em Londres, declarando: "Em lugar de considerar as proposições de uma solução pacífica da questão colonial, o Governo português intensifica os preparativos para o desencadeamento de uma guerra. Com uma tal atitude, este governo não deixa senão uma alternativa aos movimentos nacionalistas: o uso da AÇÃO DIRECTA. São as próprias massas populares que reclamam com insistência planos organizados para uma auto-defesa activa. A situação actual das colónias portuguesas, e muito particularmente em Angola, obriga-nos a concluir que Portugal precipita os acontecimentos para a escolha de um conflito armado".

Em 14 de Dezembro de 1960 a Assembleia Geral da ONU aprova uma Resolução sobre a OUTORGA DA INDEPENDÊNCIA AOS PAISES E AOS POVOS COLONIZADOS que virá a permitir o reforço da luta diplomática contra o colonialismo e nomeadamente contra o colonialismo português. (Cf. Cartilha de Formação Política).

Havia já algum tempo que a população de Luanda planeava de libertar os líderes do MPLA e os outros nacionalistas presos nas cadeias da capital. O clima de terror que reinava no País e a consciência nacional das massas populares explicam a atitude audaciosa dos nossos militantes nas memoráveis Jornadas do 4 ao 6 de Fevereiro de 1961.

Aproveitando a presença rara em Luanda de uns 60 jornalistas estrangeiros (que aí tinham ido na esperança de ver chegar o navio "Santa Maria" ocupado por Henrique Galvão) e aproveitando também a abertura da II Sessão da Assembleia da ONU, os patriotas atacaram as prisões de Luanda, a Rádio e um quartel militar, depois de se terem apoderado de algumas armas num assalto a jeeps que patrulhavam a cidade de madrugada. Este acto, que marcou o começo da RESISTÊNCIA ARMADA em Angola, teve uma grande repercussão internacional, obrigando o Conselho de Segurança da ONU a condenar Portugal.

A vingança dos colonialistas foi terrível, e o dia 5 de Fevereiro foi um dia de luto para o Povo angolano, que viu cerca de três milhares de angolanos serem massacrados pelas hordas dos colonos em fúria.

A centelha alumada no 4 de Fevereiro propagou-se rapidamente e assim a região de Malange, mais propriamente a rica região algodoeira da Baixa do Cassange foi por sua vez teatro de ataques contra as forças colonialistas. Também aí a reacção das forças portuguesas foi selvática e o recurso ao napalm para incendiar aldeias inteiras começou a ser utilizado. Segundo alguns testemunhos dignos de fé um número muito superior a 5.000 mortos se verificou, durante estes massacres.

Dalatando é por sua vez teatro de ataques armados, e pouco a pouco a chama patriótica ganhou as regiões do norte de Angola, levando à eclosão dos acontecimentos de 14 de Março.

É importante notar que o Presidente da UPA, nessa altura Holden ROBERT, que nesse momento se encontrava em Nova Iorque, entrevistado pelo "New York Times", na sua edição de 20 de Março "deplorou ontem a 'extrema violência' dos africanos contra os colonos portugueses no norte do distrito de São Salvador". Além disso "Mister Hol-

den disse que alguns membros da sua organização estariam envolvidos nos ataques, mas negou que eles estivessem agindo "ob as ordens do partido" (Cf. N.Y.T. 20/3/61).

Esta confissão espontânea e imediata do chefe da UPA, que foi aliás rectificada uma semana depois, para "assumir a responsabilidade dos mesmos acontecimentos" demonstram o carácter espontâneo da revolta popular, que a UPA pretendia ter organizado...

A 20 de Fevereiro de 1961, o representante da Libéria no Conselho de Segurança pede a reunião do Conselho (S/4 738) "para examinar a crise de Angola". Este pedido foi assinado por 32 Estados afro-asiáticos. O Conselho reuniu-se então a 10, 14 e 15 de Março (ver R.N.U. nº 3, Abril de 61). Nenhuma Resolução foi adoptada por falta da maioria de 7 vezes requerida.

A 20/4/61, a Assembleia Geral da ONU adoptou uma Resolução - 1 603 (XV) - que cria um Sub-Comité encarregado de examinar a situação em Angola. Esse Sub-Comité foi posto em execução a 22/5 e constituído pela Bolívia, Dáhome, Federação da Malásia, Finlândia e Sudão.

Em Abril de 1961 o MPLA participa no Cairo à III Conferência dos Povos Africanos, sendo eleito para o Comité Director da dita Conferência. Logo a seguir participa em Bandoeng à Segunda Sessão do Conselho da Organização de Solidariedade Afro-Asiática.

O Presidente GAMAL ABDEL NASSER envia um telegrama ao MPLA assegurando-o do seu apoio total na luta de libertação do Povo angolano.

De 18 a 20 de Abril reuniu-se em Casablanca a I CONFERÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS, para a qual o MPLA deu uma grande contribuição, assegurando nomeadamente a presença do delegado moçambicano e do delegado de S. Tomé. Participaram 11 organizações de 6 Países, representados por 14 delegados. Criou-se um Conselho consultativo, cujo Presidente eleito foi Mario de ANDRADE, Presidente do MPLA, e um Secretariado permanente.

S.M. HASSAN II do Marrôcos recebeu as delegações e deu o seu acordo a que a sede da CONCP ficasse no Marrôcos.

Com a criação da CONCP a FRAIN foi dissolvida.

A UPA, que fora convidada a participar negou-se em carta de Robert Holden alegando inoportunidade. As organizações fundadoras foram:

- a) Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe (CLSTP)
- b) Goan League
- c) Goan Liberation Council
- d) Goan People's Party
- e) Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC)
- f) Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)
- g) National Congress
- h) Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC)
- i) União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)
- j) Union Nationale des Travailleurs de l'Angola (UNTA)

O MPLA consegue mobilizar em torno do problema angolano vozes eminentes, como as do Presidente Kwame NKRUMAH do Ghana; Presidente NEHRU, da União Indiana; Presidente Sôkou TOURE, da Guiné; Presidente Modibo KEITA do Mali; Governo e organizações de massa da República Popular da China, da União Soviética, da República Democrática do Vietnã, da República Socialista da Checoslováquia, da República Democrática Alemã, da República Popular da Coreia; e também a Conferência dos Chefes de Estado africanos e Malgaches, Conferência dos Chefes de Estado de Casablanca, organizações de massa britânicas, francesas, italianas, alemãs; Conselho Mundial da Paz, Organização Internacional de Juristas Democratas, Movimento para a Liberdade nas Colónias (de Londres), a War on Want; no Brasil forma-se o Movimento Afro-Brasileiro para a Libertação de Angola. Em Londres forma-se o "Council for Freedom in Portugal and Colonies" com o patrocínio das mais altas individualidades britânicas.

9/5 - O Conselho de Segurança, pela sua Resolução S/4835, reafirma a Resolução 1603 (XV) da Assembleia Geral e pede ao Secretário Geral que acelere a sua execução. O Sub-Comité começou a funcionar a 26/5 e acabou a 13 de Novembro. Depois de 55 Sessões, o Sub-Comité estabeleceu um Relatório que submeteu ao Conselho de Segurança e à Assembleia Geral.

O Relatório compreende quatro partes:

A I parte trata das condições gerais nas quais o Sub-Comité se desempenhou do seu mandato. Passa em revista as deliberações das N.U. relativas a Angola e dá conta dos trabalhos da Sub-Comissão e dos seus esforços em vista de obter a cooperação do Governo português.

A II parte trata da situação de Angola. Examina esta situação a partir dos incidentes que tiveram lugar em Luanda em Fevereiro de 1961 e estuda a questão das medidas repressivas, focando sobretudo as causas que provocaram a insurreição e o conflito.

A III parte situa esta situação no seu contexto. Ela expõe o Estatuto constitucional e legal de Angola, as políticas e as práticas gerais, a situação da mão de obra, o ensino, as condições sanitárias, os problemas de terras e as condições económicas. Ela descreve igualmente o crescimento das aspirações políticas em Angola.

Na IV parte o Sub-Comité estuda os aspectos internacionais da situação em Angola. Examina as repercussões desta situação sobre as relações amigáveis entre os Estados, a questão de uma ameaça à paz e à segurança internacionais e a de uma solução pacífica.

De 8 a 13 de Maio de 1961, o MPLA participa como observador à Conferência dos Chefes de Estado Africanos e Malgache, em Monróvia, e obtém a condenação da bárbara repressão portuguesa e a promessa de uma ajuda material e moral.

A delegação do MPLA a essa conferência encontra-se com a delegação da UPA, com o fim de concluir uma plataforma de unidade, iniciada em Léopoldville entre membros dirigentes das duas organizações. Uma vez mais, o delegado da UPA adiou uma decisão sobre a questão, prometendo que a daria em Léopoldville, o que não se verificou.

A revista TAM-TAM dos estudantes católicos africanos edita um número especial: DOSSIER SUR L'ANGOLA.

Em Junho, o Presidente SENGHOR do Senegal, recebe o Presidente do MPLA, reafirmando o seu indefectível apoio à luta do Povo angolano pela sua independência, enquanto que uma delegação das mulheres do MPLA participa à Conferência das Mulheres do Oeste-Africano (Conakry).

De 23 a 30 de Junho celebra-se em África a Semana de

Angola. O MPLA edita nesta ocasião uma brochura "ANGOLA - exploração escravagista e resistência nacional".

Em Junho de 1961 o MPLA participa activamente na primeira Conferência dos "Freedom Fighters" - Combatentes da Liberdade - convocada pelo Presidente NKRUMAH em Accra. Tomam também parte nesta Conferência, partidos da África do Sul, da Rodésia do Norte., da Rodésia do Sul, de Zanzibar, do Tanganyika, do Kênya, de Moçambique, da Guiné Bissao. Um dos problemas levantados na Conferência foi o da criação de um partido a escala continental, o All-African People's Party. A maioria dos participantes achou prematura a criação de um tal partido.

Em Julho de 1961, 80 prelados americanos, católicos e protestantes enviam um apelo ao Presidente dos Estados Unidos, para que este faça pressão sobre o Governo português no sentido de o obrigar a parar com a guerra de genocídio em Angola.

De 9 a 18 de Agosto, o Sub-Comité encarregado de estudar a situação em Angola esteve no Congo e ouviu os representantes dos partidos angolanos: MPLA, UPA, ALIAZO, UNTA, NLEC, NGWIZAKO, FDLA.

Portugal recusou-lhes a entrada, mas o Presidente do Sub-Comité, Carlos SALAMANCA, teve conversações com as autoridades portuguesas que mantiveram a sua posição.

Em Setembro de 1961, o MPLA participa como observador na I Conferência dos Países não Alinhados de Belgrado.

→ *Abolition of Apartheid in Africa*
De 22 a 26 de Setembro realiza-se o Congresso Constitutivo da UGEAN (União Geral dos Estudantes da África Negra sob dominação colonial portuguesa) com a participação de 22 delegados de Angola, num total de 31.

A 9 de Outubro, um esquadrão do MPLA, sob a chefia do comandante TOMAS FERREIRA que ia juntar-se aos maquis do MPLA na Região dos Dembos e socorrer as populações de Nambuanguongo que se encontravam cercadas e ameaçadas pelas tropas portuguesas, foi atraído a uma cilada por grupos armados da UPA que o aprisionaram na região de Kaluka, acabando por massacrar todos os seus componentes que não conseguiram escapar-se. Além do comandante TOMAS FERREIRA, o grupo era constituído por DANIEL DE CASTRO, M-

NUEL GUIMARÃES, JOÃO GOMES, RUI ABLO (Panchito), DOMINGOS FRANCISCO, SEBASTIÃO GOMES, JOÃO DOMINGOS, JOAQUIM FRANCISCO, JACINTO MAFUMBA, ALMEIDA MIGUEL, AUGUSTO MARINHO, ANTONIO QUIMANA, ANTONIO BASTOS, JOÃO DUMBA GOMES, MENDES VALADA, DOMINGOS MIGUEL, SEBASTIÃO DUNGO, JOÃO SIMÃO, MIGUEL e JOÃO MATEUS.

Por esta altura consolidava-se a instalação do MPLA em Léopoldville e a 30 de Outubro Mario de ANDRADE, Presidente do MPLA, faz a sua Primeira Conferência de Imprensa naquela cidade, fazendo uma larga exposição sobre os objectivos e os métodos do MPLA.

A 20 de Outubro de 1961 dois delegados do MPLA participam ao Seminário sobre as Colónias Portuguesas realizado em Nova Delhi pelo Indian Council for Africa.

A 7 de Novembro desse ano inaugura-se o 1.º dispensário central do CVAR (Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados), com a presença de autoridades congolenses e de muitos refugiados angolanos.

A 20 de Novembro do mesmo ano, o Comité Director designou 19 membros do Conselho Político Nacional.

A 1 de Dezembro aparece o 1.º número do órgão de combate do MPLA - UNIDADE ANGOLANA. Este jornal conseguiu publicar depois um número especial com fotografias sobre as atrocidades portuguesas, mas as autoridades congolenses interditarão o seu aparecimento.

A 5 de Dezembro, dirigentes da Juventude do MPLA, da JUPA, da Juventude da ALIADO chegam a acordo para o estabelecimento de uma organização juvenil comum - a UNIÃO DA JUVENTUDE DEMOCRÁTICA DE ANGOLA (UGDA). Dias depois os dirigentes da JUPA proibem a sua Juventude de fazer parte desta primeira frente ao nível dos jovens.

A 13 de Dezembro, partida da delegação do MPLA (Presidente, Vice-Presidente e mais três membros) para Nova Iorque (ver o capítulo: "o MPLA e a ONU").

A 26 de Dezembro os militantes do MPLA manifestam junto da Embaixada da União Indiana em Léopoldville a sua alegria pela junção de Goa à União Indiana e pelo que isso significava de destruição do mito português de integração.

No capítulo dos estudantes o ano de 1961 fica assinalado por dois factos importantes : fuga espectacular de várias dezenas de estudantes angolanos que se encontravam a estudar em Portugal. A fuga foi preparada com a colaboração de entidades estrangeiras sob a orientação do MPLA. Um outro facto foi o de cerca de 40 bolseiros terem sido enviados de Léopoldville para a Europa dentro do quadro de formação técnica acelerada, decidido pelo MPLA.

Em Dezembro de 1961 regista-se a morte de Franz FANON, escritor revolucionário do FLN, originário da Martinica, cuja actividade exerceu certa influencia na luta do Povo angolano, sobretudo a favor da UPA.

O ano de 1962 iria constituir uma fase mais importante da actividade do MPLA que, depois que vencera as resistências que impediam a sua instalação no Congo, estava a atingir uma grande projecção.

A prisão em Angola da quasi totalidade dos dirigentes, a falta de quadros militares experientes que opusessem com êxito às tropas colonialistas métodos positivos de combate, a propaganda insensata da UPA que anunciava a um mundo que tinha necessidade de ser crédulo, factos inacreditáveis, e a posse de um exército de 25.000 homens, tudo isso contribuiu para que o MPLA se visse obrigado a concentrar no exterior uma parte da sua atenção de modo a impedir que as mentiras da UPA cristalizassem em torno dela um apoio que iria faltar aos verdadeiros patriotas angolanos. É por essa razão que o ano de 1962 é ainda caracterizado por uma preocupação da "batalha do exterior".

No plano interno, afóra as tentativas de ligação com o Centro e o Sul de Angola, e o reforço em material militar dos maquis no interior, pouco mais foi possível fazer. De qualquer maneira o MPLA tinha nessa altura para cima de 2 centenas de elementos a receber preparação militar em países africanos amigos.

No Congo Léopoldville, o ano de 1962 é dominado pela tentativa, por parte do Governo, com auxílio das Nações Unidas, de reduzir a secessão do Katanga. As tropas da ONU são principalmente constituídas por Indianos e Malaios.

Começa finalmente a desenhar-se uma acção concertada dos países africanos para boicotar Portugal, como há muito vinha reclamando o MPLA.

O mês de Janeiro viu a Reunião dos Chefes de Estado do chamado "Grupo de Monróvia" em Lagos.

A 11 de Fevereiro os americanos John MARCUM (da universidade Lincoln) e Georges HOUSER, fazem em Nova Iorque uma declaração conjunta à imprensa sobre o problema angolano. MARCUM declara ter visitado os maquis da UPA e encontrado o embrião de uma administração. HOUSER é um membro activo do American Committee on Africa, grande suporte da UPA.

Em Lisboa, o "deputado por Angola" Vitor BARROS, ao criticar o Governo português na Assembleia Nacional pela sua violenta política colonial é ameaçado pelos deputados fascistas.

Em Fevereiro de 1962 a Sub-Comissão das Nações Unidas encarregada de examinar a situação em Angola, criada pela Resolução 1603 (XV), apresenta um extenso e bem documentado Relatório (N.U. Documentos oficiais, XVI Sessão, suplemento nº 16 - A/4 978) em que depois de uma análise histórica, sociológica e económica do problema, estuda "as reacções internacionais perante os acontecimentos de Angola", a "questão de uma ameaça à paz e à segurança internacionais" e a "questão de uma solução pacífica".

Em Março, no Cairo, realiza-se a III Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos, com a participação do MPLA.

Em Léopoldville, a 3 de Março, rebenta uma "bomba", com a demissão simultânea de Marcos CASSANCA e André CAS SINDA, respectivamente "Chefe do Estado Maior" da UPA e "Secretário Geral" da "Liga Geral dos Trabalhadores de Angola", pretense sindicato da UPA, que foi fundado por um cubano anti-castrista, Carlos Kassel, posto ao serviço da UPA pelo Governo da Tunísia.

O abalo produzido na UPA foi tanto maior quanto Holden havia levado ao extremo a sua propaganda balofa sobre as virtudes do seu "Estado Maior" e do seu "Sindicato".

Os conselheiros estrangeiros da UPA preparam imediatamente um plano para ultrapassar a grave crise aberta:

consistiu esse plano em anunciar a formação de uma frente com a ALIAZO (Alliance des R ssortissants de Zombo). A ALIAZO; para o efeito, tinha mudado de nome: passou-se a chamar "Parti Démocrate de l'Angola". A dita "Frente", chamada "Frente Nacional de Libertação de Angola" - FNLA - foi constituída no maior segredo, sem conhecimento do MPLA, que por essa razão sempre a considerou como um simples cartel e não como uma Frente verdadeiramente nacional. A FNLA é anunciada em 27 de Março, e em 5 de Abril, novo golpe upista com anúncio da formação de um pretense "Governo da República Angolana no Exílio" - GR.A.E. Este golpe, que denota uma ausência total de escrúpulos e de conhecimento de uma situação, mereceu do MPLA uma grande atenção. Com efeito, embora o estado da luta de libertação angolana nessa altura fizesse aparecer um tal "Governo" como uma "paródia carnalesca", pelo que ele traduzia de inconsciência, a verdade é que a experiência que o MPLA possuía das reacções dos Países africanos ao problema angolano - que sempre denotaram e continuam a denotar um total desconhecimento da situação angolana - faziam-no recear que eles se deixassem acir naquela arma dilha.

Assim, a Direcção do MPLA publicou a 15 de Abril de 1962 um "MEMORANDUM AOS GOVERNOS AFRICANOS SOBRE A FORMAÇÃO DE UM PRETENSE 'GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA DE ANGOLA'".

O objecto desse Memorandum era:

"1 - Lembrar as diligências com vista à constituição de uma Frente de todas as organizações nacionalistas angolanas e as oposições encontradas para o cumprimento desta tarefa.

"2 - Constatar o carácter e a natureza contrárias aos interesses de Angola e de África, das organizações que estão na origem da formação de um pretense 'governo provisório da República de Angola'; a 5 de Abril de 1962.

"3 - Pôr os Estados africanos de sobreaviso perante os perigos de um eventual reconhecimento do pretense 'Governo provisório da República de Angola', reconhecimento esse que teria como resultado consagrar a divisão do nacionalismo angolano e a intervenção estraggeira na questão angolana.

"Em consequência, o MPLA, fiel ao direito dos Povos

"oprimidos e aos mais elevados princípios da luta pela
"emancipação de África, denuncia o carácter anti-nacio-
"nal e não representativo desse falso 'governo'. O MPLA
"declara solenemente que em nenhum caso dará a sua cau-
"ção ao pretense 'Governo provisório da República de An-
"gola'."

Após esta introdução, o Memorandum descreve largamen-
te os objectivos e os métodos de acção revolucionários
do MPLA, a sua acção para constituir uma frente verdadei-
ramente nacional, o carácter tribal ou regional da UPA
e da ALLAZO, expresso nos processos chantagistas e dema-
gógicos da UPA, e nos Estatutos da ALLAZO (PDA), demons-
tram o carácter artificial e a representatividade nula
da "Frente" que essas organizações formaram, assim como
a ausência de qualquer autoridade territorial e a sobreja-
mente conhecida colisão de alguns notórios dirigentes da
UPA com interesses estrangeiros ou mesmo inimigos de Á-
frica e da sua libertação.

Concluindo, enfim, que o dito "Governo" era uma pura
manobra de diversão, mas que o mais grave é que ele aten-
tava contra a Unidade do Povo angolano e a integridade
combatente do nacionalismo angolano e que "o inimigo ir-
reconciliável do MPLA é o colonialismo português", o Memo-
randum termina:

"O MPLA considera que a necessidade de um Governo se
"inscreve no processo real do Movimento de Libertação do
"Povo angolano. Mas o MPLA crê que a autenticidade e a
"legitimidade de um tal Governo devem emanar de uma in-
"vestidura dada sem discriminações por todo o Povo angolano e de uma garantia de representatividade da Nação.
"Noutros termos, um verdadeiro Governo deve traduzir a
"sua vocação universal de fazer da libertação de Angola
"a obra de todos os angolanos e não de uma fracção do
"Povo, qualquer que seja a sua importância...

"A Revolução angolana, que quer conquistar a independência de Angola a fim de instaurar um regime democrático garantindo a igualdade sem discriminação de nenhuma espécie de todos os cidadãos da Pátria, não deve traduzir-se numa guerra civil, cessionista ou ideológica".

Este Memorandum foi imediatamente enviado a todos os

Chefes de Estado africanos e Ministros dos Negócios Estrangeiros e teve por efeito neutralizar no imediato as manobras dos meios aliados da UPA no sentido de levar alguns governos africanos a darem o primeiro passo no sentido do reconhecimento. Registe-se que a Embaixada da Tunísia em Léopoldville não era estranha a tais manobras.

O Povo angolano, ele próprio, embora de há muito ambicionasse a representação de um governo provisório verdadeiramente representativo, não deu o menor apoio àquela carnavalesca instituição, cuja composição aliás era por demais estrangeira à realidade angolana, para não ser considerada como um insulto à causa nobre da luta de libertação. Efectivamente, a maior parte dos componentes do citado grupo que se pretendia "governo" nem sequer conhecia Angola, e muito menos os problemas do País.

Entretanto, a Juventude do MPLA tinha o seu baptismo internacional, participando no mês de Abril na Conferência Constitutiva, em Conakry, do MOVIMENTO PAN-AFRICANO DA JUVENTUDE, de que se tornou Membro Fundador, e no Seminário dos JOVENS TRABALHADORES em Casablanca.

Nota-se que, de 20 de Abril até 4 de Maio, o Secretário de Estado americano dos Negócios Africanos faz uma visita a várias regiões do Congo-Léo e em especial ao Katanga, Luluaburgo, Stanleyville, tendo conversações com Kasavubu e Adoula.

Entretanto, a divisão do nacionalismo angolano e a afirmação do MPLA na região do Congo, onde praticamente só Holden era conhecido, impuseram ao Governo congolês preocupar-se com o problema da unidade e assim os partidos nacionalistas angolanos são convidados a uma reunião conjunta com o então Ministro do Interior Cléophas KAMITATU. A uma tal reunião acorreram numerosos partidos e nomeadamente alguns que preconizavam a "negociação" como meio para obter a independência. O MPLA apresentou um projecto de uma Frente Unida Nacional Angolana (FUNA) que foi bem compreendida por Kamitatu, que negou a representatividade do FNLA, classificando-o justamente de "cartel". Se é certo que a presença de uma série de organizações prejudicava uma discussão mais profunda, a verdade é que o grupo de Holden mantinha a mesma atitude monopolis

ta, negando-se a qualquer compromisso. E assim no dia seguinte a UPA ("FNLA") publica um comunicado em que negava ter dado qualquer acordo de princípio à formação da Frente sugerida por Kamitatu. Isto não impede que este reuna no dia 10 de Maio novamente com os partidos angolanos, notando-se desta vez que já não tinha a mesma posição da semana anterior, e que deixava adivinhar ter havido "conversações" fora do quadro da referida assembleia. Assim, o problema não evoluiu, e cada organização continuou a agir isoladamente.

Isso não impede que o problema de Angola continue a suscitar a atenção internacional. A WAY (Assembleia Mundial da Juventude), na 8ª Reunião do seu Conselho, em Acra, da Reunião do Comité Executivo em Fevereiro de 1961, tinha decidido que uma missão devia visitar Angola e os territórios sob dominação portuguesa para estudar a situação. O Governo português, porém, não se dignou responder ao pedido que a WAY formulou nesse sentido e assim o Comité Executivo, reunido em Tóquio em Setembro de 61, assim como o Segundo Seminário Panafricano da Juventude realizado pela WAY em Dar-es-Salaam em Agosto de 61, decidiram "enviar uma missão ao Congo afin de inquirir sobre as condições de vida dos refugiados de Angola".

Essa missão deslocou-se efectivamente a Léopoldville de 16 a 30 de Maio de 62 e era composta por um representante argelino, um do Dahomá, um da Suécia, um americano e um do Congo-Léo. A missão teve conversações com representantes de todas as organizações políticas angolanas e com algumas autoridades congolosas, entre as quais o Presidente Kasavubu. Deslocou-se também às fronteiras e fez um circunstanciado rapport sobre o que observou e que serviu de base à sua 4ª Assembleia Geral e ao seu 9º Conselho para lançarem campanhas a favor dos refugiados angolanos. Como se verá, não seriam estas as últimas iniciativas da WAY em relação a Angola.

Também a 16 de Maio chega a Léo o Comité Especial dos Sete, criado em Janeiro pela Resolução 1699 (XVI) para estudar os problemas das colónias portuguesas e fazer um rapport à Assembleia Geral das N.U. Esse Comité iniciou as audiências em 25 e 26 de Maio, tendo ouvido os representantes de todas as organizações angolanas e de algu-

mas individualidades. O MPLA, pela voz do seu Presidente, apresentou um Relatório que termina pedindo que a ONU tome de urgência as medidas seguintes:

"a) que nenhum Estado Membro da ONU forneça ou venda a Portugal material que lhe permita prosseguir com a guerra de extermínio em Angola.

"b) que o Conselho de Segurança estabeleça disposições concretas e eficazes para que Portugal execute lealmente a Resolução da ONU de 31 de Janeiro de 1962".

De notar que nessas audiências depôs um jovem oficial português que desertara de Angola, onde estava em campanha, devido a sentir repulsa pelas violências cometidas pelos civis e militares portugueses contra a população angolana. Trata-se do Dr. Moutinho de PADUA, alferes miliciano, que escreveu posteriormente uma brochura intitulada "Guerra em Angola".

O Comité dos Sete publicou um relatório cujas conclusões se poderão observar no capítulo "O MPLA e a ONU".

A 25 de Maio, o Comité Director do MPLA sofre uma remodelação. É alargado e é extinto o cargo de Secretário Geral.

De registar que durante este mês se realizou em Mbeya (Tanganyika) o Congresso do PAFMECA, que pela inclusão do Sudoeste Africano, se passou a intitular PAFMECSA (Panafrikan Movement for East, Central and South Africa). De registar também que a 21 deste mês abre em Tanager uma Sessão especial do Comité Especial da ONU encarregado de estudar a aplicação da declaração sobre a outorga da independência, conhecido pelo nome de COMITÉ DOS DESESETE. Este Comité também lida com os problemas dos territórios sob dominação colonial portuguesa.

O mês de Junho é dominado por um acontecimento de grande importância para o MPLA e para a luta do Povo angolano. Concretiza-se o plano de fuga do Presidente de Honra do MPLA, Dr. Agostinho NETO, cuja deportação em Caboverde fora suspensa e que se encontrava em Lisboa em liberdade vigiada.

Em África realizam-se três importantes conferências: no Cairo, a 15 de Junho, a dos Chefes de Estado do Grupo

de Casablanca, composto da Argélia (GPRA), Líbia, Marrocos, Mali, Ghana, Guiné e RAU. Este grupo tinha-se formado em Janeiro de 61 em Casablanca, quando o Rei MOHAMED V do Marrocos convidou estes e outros países (que não compareceram) a uma reunião de alto nível para estudar a situação do Congo; em Lagos, a 2/6, a Reunião do Grupo de Monróvia, o grupo moderado de África; finalmente em Accra, a 4/6, a convite do Presidente NKRUMAH, a II Conferência dos Combatentes da Liberdade.

No discurso inicial desta Conferência, o Presidente Nkrumah atacou violentamente o Mercado Comum, convidou a ONU a fazer cumprir a "Declaração sobre a outorga da independência", propôs a criação de um Mercado comum africano, de um banco africano de investimentos, e de um alto comando unificado.

Esta Conferência tem como tema a unificação dos movimentos em luta pela Independência em cada País. Sobre o problema angolano, o Presidente Nkrumah assinou juntamente com os delegados do MPLA e do cartel UPA-PDA um documento a que ele chamou "MY POINT OF VIEW" (o meu Ponto de Vista) no qual, manifestando preocupação pela divisão do nacionalismo angolano, sugere uma ALIANÇA MILITAR (Comando militar unificado, composição desse Comando e deveres dos seus membros), uma VIA ÚNICA DE ASSISTÊNCIA e um CONSELHO NACIONAL SUPREMO.

O Presidente fez um apelo às duas partes para que prometessem que de regresso a Léopoldville iriam dispensar os melhores esforços para chegar a qualquer resultado positivo.

Na Europa, por essa altura, além de uma reunião da OIT em que dois delegados do MPLA participaram como testemunhas de uma queixa do Ghana sobre as condições de trabalho em Angola, há um encontro entre representantes dos Governos americano e britânico em Oxford, para "harmonizarem a política africana dos dois países".

De registar uma nova reunião do Comité dos 17 da ONU em Dar-os-Salaam, em que se pede à Grã-Bretanha para acabar com o estado de urgência em Zanzibar e libertar os prisioneiros políticos.

A 1 de Julho de 1962, tem lugar o referendun na Argélia sobre a auto-determinação, em cumprimento dos ACOR

DOS DE EVIAN de 7 a 18 de Março. O Povo argelino, ao votar massivamente pela sua "autodeterminação" cerrou a sua luta de armas na mão pela independência nacional. A 5 de Julho a França reconhecia oficialmente a INDEPENDÊNCIA DA ARGÉLIA.

A 9 de Julho o MPLA participa no Congresso Mundial pelo Desarmamento e pela Paz, definindo aí a sua posição sobre os problemas da Paz e da Guerra.

A Juventude do MPLA teve novamente oportunidade de se fazer ouvir na Assembleia Mundial da Juventude em Aarhus (Dinamarca) e na Conferência da Juventude Afro-Scandinava em Oslo (Noruega).

Entretanto não cessam as conversações bilaterais entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos sobre os problemas africanos e, nomeadamente, o Congo. A 10, CLEVELAND (USA) e a 16 Mennen WILLIAMS, encontram responsáveis do Foreign Office, e Duncan SANDYS, Ministro do Commonwealth.

O mês de Agosto é dominado pelos novos esforços do MPLA para a Unidade, aproveitando a plataforma de Accra (My Point of View). A 8 de Agosto, Neto escreve a Holden que responde a 9, utilizando subterfúgios sob pretexto que a carta de Neto insinuava que ele era responsável pela luta fratricida.

A 5/8 tinha já havido um encontro entre as delegações do MPLA e da UPA-PDA, sem resultados positivos. A 18/8 o MPLA publicou um comunicado sobre a UNIDADE, onde expôs as proposições do MPLA que continham três hipóteses:

"1º - ou a fusão dos movimentos num único, passando pelas etapas convenientes;

"2º - ou uma estreita colaboração entre todos os movimentos orientados por um organismo comum;

"3º - ou apenas a colaboração entre as forças armadas, colocadas sob um comando único e sob a direcção de um Conselho Nacional."

Registo-se que a 14 de Agosto Neto escrevera ao cartel UPA-PDA manifestando a esperança que o interesse supremo do Povo traria o cartel a um novo encontro.

A 18/8 chega a Léo, pela segunda vez, o Sub-Comité

para Angola, conhecido por "Comité dos 5", que não tendo conseguido autorização do Governo português para visitar Angola (Salazar fizera uma manobra de diversão convidando o Presidente do Comité dos 5 a visitar Lisboa), veio ao Congo em busca de novos elementos de análise.

Tentando reforçar a posição do seu amigo Holden, o Primeiro Ministro congolês, ADOULA, anuncia a 20 de Agosto, a concessão pelo seu Governo de um campo de treino militar ao cartel UPA-PDA. Para neutralizar o MPLA, Adoula promete que está em estudo a concessão de uma base semelhante ao MPLA, na região do Kwangu, facto que nunca se virá a concretizar.

Foi também em Agosto de 62 que um grupo de brancos nascidos em Angola publica uma "CARTELA LIBERTARIA AOS BRANCOS DE ANGOIA" incitando-os a tomar parte na luta de libertação de Angola. Este grupo, que muitos pretenderam falsamente ser inspirado pelo MPLA, publicou no mês seguinte um documento em que apresenta uma organização política denominada "Frente de Unidade Angolana" - FUA -, que teria sido fundada em Angola por "elementos negros, brancos e mestiços em Janeiro de 1961". O MPLA não caucionou o referido agrupamento por estar em desacordo com as concepções que ele exprimiu acerca do nacionalismo angolano. Divergências entre os membros do referido agrupamento terão posto fim às suas actividades, que causarão certa confusão no plano internacional.

O mês de Setembro revela-se desastroso para a política portuguesa: A 9, Adoula, em resposta aos protestos do Governo português a propósito da cedência da base de Kinkuzza à UPA, acusa Portugal nas Nações Unidas de ter violado o espaço aéreo português. A 10, a Conferência da UAM, em Libreville, pede a exclusão de Portugal da Assembleia Geral da ONU e a 18 o Comité dos 17 adopta uma Resolução reclamando sanções contra Portugal afim de o obrigar a modificar a sua política em Angola.

A 9 de Outubro regista-se a independência do Uganda.

A 12/10 o representante português na ONU desmente que Portugal tenha feito uma aliança secreta com o Katanga, a Rodésia do Sul e a República da Africa do Sul, pa-

ra treino e armamento comum de tropas para combater os nacionalistas destes países.

A 14 do mesmo mês há um encontro KENNEDY-STEVENSON sobre o Congo e a 18 ADOULA e MCGHEE (Sub-Secretário de Estado americano) fazem uma declaração comum em que apoiam o plano da ONU para o Congo.

A 16 abre em Conakry a Conferência dos Juristas Afro-asiáticos, com a participação do MPLA, que vem a ser eleito para o Secretariado Permanente.

A 31, o Conselho Ultramarino português anuncia que depositou na Assembleia Nacional portuguesa um projecto de lei para uma "descentralização administrativa".

A 5 de Novembro, o novo Governador Geral de Angola, Silvino SILVERIO MARQUES toma posse.

A 1 de Novembro, uma delegação do MPLA participa na comemoração do 8º aniversário da Revolução argelina, a convite do Presidente BEN BELLA, que a 5, ao decorrer de uma audiência concedida à delegação do MPLA, accede em gravar uma mensagem aos combatentes angolanos na qual, entre outras coisas, diz, a propósito da posição argelina sobre Angola: "Nós assumimos inteiramente as nossas responsabilidades. E isso eu disse-o ao Presidente Kennedy. Eu preveni-o: disse-lhe que se a ONU não tomasse as suas responsabilidades em 1963 para parar essa guerra, para conceder a independência, o direito à auto-determinação ao Povo angolano, a Argélia se encarregaria de ajudar os movimentos de libertação na sua luta armada. Se necessário enviaremos voluntários, técnicos e financiaremos esta luta, porque com essa atitude nós estaremos a defender a nossa liberdade sagrada e sobretudo o fruto da luta de libertação que tivemos de travar, isto é, a edificação deste país, que não será possível senão se a África seguir, marchar para os mesmos objectivos políticos, para as mesmas opções políticas."

A 9 de Novembro, durante um meeting em Setiff, na Argélia, Ben Bella fala nos mesmos termos sobre Angola: "acabemos com as piedosas moções nos nossos congressos; mandemos voluntários para Angola, se for preciso". Nesse meeting Ben Bella classifica o "fascismo salazarista" como uma "tara da humanidade".

A JMPLA, entretanto, tem ocasião de tomar parte num Seminário sobre o Exodo Rural, realizado em Cotonou.

No interior do Movimento, durante este mês de Novembro, fazem-se sentir as consequências funestas dum trabalho divisionista que vinha sendo feito desde há uns meses pelo antigo Secretário Geral, CRUZ. Tendo encontrado oposição forte aos seus métodos de trabalho autoritários e auto-suficientes, tentou levar os militantes a retirar a confiança aos dirigentes que se lhe opunham, servindo-se de sórdidas calúnias, que não se limitavam ao interior do Movimento, mas que fazia chegar a todos os círculos internacionais que apoiavam o Movimento. Para neutralizar os efeitos perniciosos de tais calúnias e restabelecer a disciplina e a confiança, de há longa data se preparava uma Conferência Nacional, que Cruz tentou sabotar por todos os meios, chegando mesmo a abandonar Léopoldville sem que disso desse conhecimento aos seus camaradas; essa manobra, bem como a distribuição de panfletos divisionistas não impediu que a Conferência Nacional se realizasse nos prazos previstos, a 3 de Dezembro de 1962.

Data desta época a elaboração de um PLANO DE ACÇÃO por um grupo cujo lema ficou conhecido por "IDEIA FORÇA" e que proclamava a necessidade de realizar urgentemente "as condições mínimas que nos permitirão entrar em Angola com os líderes à cabeça"... "Ligados por uma só ideia força, são os militantes que devem elaborar um plano de acção imediata, afastando do caminho os inúteis e esmagando resolutamente os prejudiciais". Esse grupo, que se vangloriava de unir num só laço todos os militantes dispostos a sacrificarem-se na luta "24 sobre 24 horas", desempenhou um papel de relevo na Conferência Nacional.

A I CONFERÊNCIA NACIONAL do MPLA constituiu o primeiro acto de decisão colectiva na vida do Movimento, até aí condenado às discussões e às decisões dentro de um núcleo restrito de dirigentes. Pela primeira vez pois, estabeleceu-se uma LINHA POLÍTICA, um PLANO DE ACÇÃO IMEDIATA e uma nova ESTRUTURAÇÃO num quadro inteiramente democrático, com representantes de variados sectores do MPLA, desde os Comités de Acção às organizações de massa (OMA, Juventude, Sindicalistas, MPLA e CVAAR). Participaram na Conferência cerca de 70 delegados. (Ver anexos A e B).

Pela primeira vez iria ser eleito o Comité Director do MPLA . Houve duas listas em presença: Lista A - NETO, ANDRADE, Rev. SILVA, LARA, LIMA, CARREIRA, DEOLINDA, MELO e DESIDERIO ; a Lista B era constituída pelos mesmos nomes , excepto LIMA e DEOLINDA no lugar dos quais estavam CRUZ e MIGUEL. A apresentação desta lista B suscitou calorosos debates, porquanto a maioria dos seus participantes , nomeadamente Neto , Andrade, Lara, Lima e Melo, se recusavam a figurar numa lista em que figurasse Cruz. O resultado da votação foi de 39 votos pela Lista A , 10 pela B e 3 abstenções.

Os dias que se seguiram à Conferência Nacional foram de uma larga actividade do núcleo fraccionista , que entretanto conseguiu arrastar para seu lado Matias Migueis.

Dotado porém das necessárias estruturas, de uma linha política bem definida e de um plano coerente de acção imediata , o MPLA retomou com um novo vigor as tarefas da luta pela libertação nacional.

Estando a desenrolar-se a XVII Sessão da ONU , com a audição de petiçãoários de países sob dominação colonial portuguesa, o novo Presidente do MPLA, Dr. Agostinho NETO, partiu para Nova Iorque afim de ser ouvido pela Quarta Comissão. Depois de uma breve estadia nos USA, durante a qual contactou diversos meios americanos, o Presidente do MPLA fez uma longa viagem através da França, Suíça, Itália, Grã-Bretanha, Alemanha Federal, Tunis, Rabat e Alger (onde teve ocasião de presidir com o Presidente Ben Bella à inauguração do bureau argelino do MPLA). No decurso desta viagem houve oportunidade de contactar com uma vasta rede de grupos anti-colonialistas , e ocasião para fazer luz sobre inúmeros aspectos da luta do Povo angolano através de várias conferências de imprensa.

A 14 e a 17 de Dezembro a Assembleia Geral adopta duas Resoluções condenando a guerra colonial desencadeada e mantida por Portugal e fazendo apelo aos Estados Membros para se absterem de fornecer armas ou qualquer outra ajuda a Portugal. Prevendo que o Governo português persistiria na sua atitude negativa , a Resolução propõe ao Conselho de Segurança a adopção de sanções contra Portugal.

Durante os trabalhos desta Sessão (XVII) a Assembleia Geral da ONU adoptou uma Resolução que estabelece o alargamento do Comité Especial criado pela ONU, de 17 para 24 membros.

Em Léopoldville e em certas capitais africanas faziam-se esforços para pôr em execução os planos elaborados que deviam consolidar a posição do MPLA no interior do País.

A 28 de Dezembro abria-se em Léo a Conferência da PAFMECSA, em que o MPLA participou. A Conferência, que se encerrou a 30, adoptou entre outras, uma Resolução condenando Portugal pela guerra de extermínio em Angola.

Em Conakry, o V Congresso do PDG denuncia por sua vez "a política de exterminação prevista por Portugal na Guiné dita Portuguesa e em Angola".

Entrava-se assim no ano de 1963 com a certeza de que, com a consolidação das posições do MPLA seriam de esperar ataques cada vez mais violentos dos meios colonialistas e imperialistas.